

XIV JORNADA NACIONAL DE DEBATES

**CAMPANHAS SALARIAIS NO
PÓS REFORMA TRABALHISTA**

RESISTIR, MUDAR E AVANÇAR

Curitiba, 03 de agosto de 2017

Contextualização



Reforma Trabalhista

Lei 13.467/2017

Motivos alegados para a Reforma Trabalhista

- ▶ Modernização da legislação e das relações de trabalho?
 - CLT veio sendo atualizada ao longo do tempo.
 - “Emprego desprotegido” é anterior à década de 1930.
 - ▶ Geração de emprego, combate ao desemprego e à informalidade?
 - Emprego é gerado por crescimento e investimentos.
 - Ocupação de má qualidade aumenta a desigualdade social.
 - Legalização de perdas de direitos e de formas precárias de ocupação.
 - ↳ O que os empresários chamam de “dar garantias legais”.
-

Reforma Trabalhista

A Reforma se fundamenta em **reduzir a proteção institucional aos trabalhadores**, por parte do Estado e do Sindicato, e **aumentar as garantias e a autonomia das empresas nas relações de trabalho**, diminuindo custos e aumentando a flexibilidade do trabalho

Reforma Trabalhista

- Essência não é instituir a prevalência do negociado sobre o legislado, ainda que isso seja muito importante no projeto.
 - Reforço da negociação individual e da negociação coletiva mais específica (acordo coletivo).
 - Estímulo à contratação como autônomo e à terceirização.
-

Reforma Trabalhista

- ▶ Altera mais de 100 artigos da CLT, além de alterar outras leis.
 - ✓ Mudança de redação: 53 arts.; inclusão: 42 arts.; revogação: 16 arts. (sob critério de contagem de artigos).
 - ✓ O que é a Consolidação das Leis do Trabalho? De 1943?
- ▶ Maior mudança no ordenamento das relações de trabalho no Brasil desde 1930.

Desmonta a concepção (política, jurídica e ideológica) e a estrutura que fundamentaram o sistema de relações de trabalho no país desde 1930.

Reforma Trabalhista

- ▶ Revoga dois princípios básicos do Direito do Trabalho no Brasil:
 - ✓ **Princípio da hipossuficiência** do(a) trabalhador(a), segundo o qual ele(a) é a parte mais fraca na relação de trabalho e, portanto, deve ser protegido(a).
 - ✓ **Princípio da prevalência da norma mais favorável** ao(à) trabalhador(a).
 - ▶ Institui, no lugar, o **princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.**
 - ✓ Discurso do “fim do ‘coitadismo’.”
 - ✓ Ideia de que “partes” (empresa e indivíduo) equivalem em poder e recursos para celebrar acordos.
-

Altera a Hierarquia Normativa

Hierarquia anterior a reforma

Constituição ≥ Acordos Internacionais ≥ Leis ≥ Convenções Coletivas ≥
Acordos Coletivos ≥ Acordos Individuais

- Ou seja, a Constituição e as leis estabelecem pisos mínimos de direitos, que as negociações coletivas ou individuais só podem aumentar.

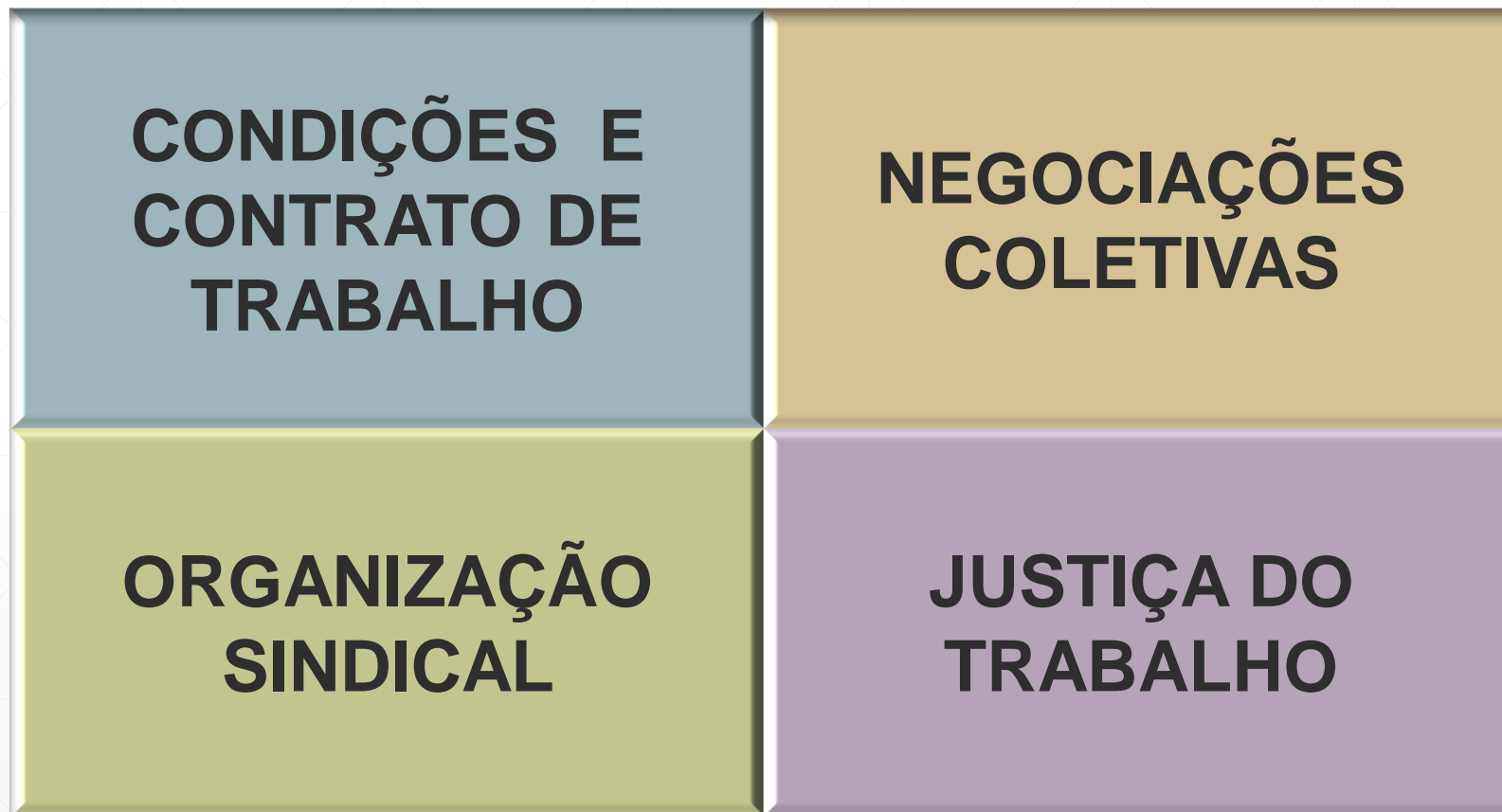
Hierarquia pós reforma

Acordo Coletivo valerá mais que a Convenção Coletiva.
Em alguns casos, o Negociado valerá mais do que o Legislado

- Ou seja, em vários direitos a Lei 13.467 reverte a atual hierarquia da legalidade trabalhista em favor das negociações mais específicas, nas quais trabalhadores têm ou tendem a ter menos poder.

EIXOS DA REFORMA TRABALHISTA

- É UMA REFORMA TRABALHISTA E SINDICAL
- ALTERA ASPECTOS EM TODO O SISTEMA DE RELAÇÕES DE TRABALHO



CONDIÇÃO DE TRABALHO

RETIRA, FLEXIBILIZA OU DESREGULAMENTA DIREITOS



NEGOCIAÇÃO COLETIVA

REFORÇA AMBIENTE DESFAVORAVEL AS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

FRAGMENTA A NEGOCIAÇÃO COLETIVA



ORGANIZAÇÃO SINDICAL

PROCURA DESARTICULAR A ORGANIZAÇÃO SINDICAL

**Fim da obrigatoriedade da contribuição sindical
(imposto sindical)**

**Representação no local de trabalho
sem vínculo com sindicato**

JUSTIÇA DO TRABALHO

Reduz o papel e dificulta o acesso à Justiça do Trabalho

- Não cria meios de resolução de conflitos entre capital e trabalho e nem garante equilíbrio na relação entre as partes;
- Limita a intervenção da Justiça do Trabalho nos resultados das negociações coletivas;
- Limita o escopo dos enunciados de jurisprudência do TST e dos TRTs e de elaboração de Súmulas;
- Restringe o acesso gratuito à Justiça do Trabalho;
- Impõe multa ao chamado “litigante de má-fé”; e
- Impõe custos judiciais ao reclamante (trabalhador ou trabalhadora) que faltar à audiência.

IMPACTOS DA REFORMA

Mercado de trabalho

- Formalização de vínculos precários, maquiando as estatísticas de geração de emprego;
- Troca de vínculos com contratos típicos por contratos precários;
- Reforça a segmentação/heterogeneidade das condições de trabalho e direitos;
- Amplia a insegurança dos segmentos que já são mais vulneráveis no mercado de trabalho – mulheres, negros, jovens, idosos, trabalhadores com deficiência, migrantes;
- Reduz os rendimentos com impactos negativos no poder de compra e em benefícios atrelados aos salários (FGTS e previdência);
- Dificulta a conciliação do tempo de trabalho com o tempo livre; e
- Impactos negativos na saúde e segurança do trabalhador, maior abertura para executar atividades em situações degradantes.

IMPACTOS DA REFORMA

Organização sindical

- Pode fragmentar a representação por empresa, com atribuições que podem ser concorrentes;
- Cria dificuldades para o financiamento das ações sindicais e mesmo para a existência de parte dos Sindicatos;
- Por outro lado, mantém financiamento das entidades patronais, através do Sistema S;
- Enfraquecimento do processo negocial brasileiro; e
- Procura dificultar a mobilização dos trabalhadores e a conquista de novos direitos.

Exemplos práticos de alterações

- **Prevalência do acordado sobre o legislado** para “entre outros”, 15 temas:

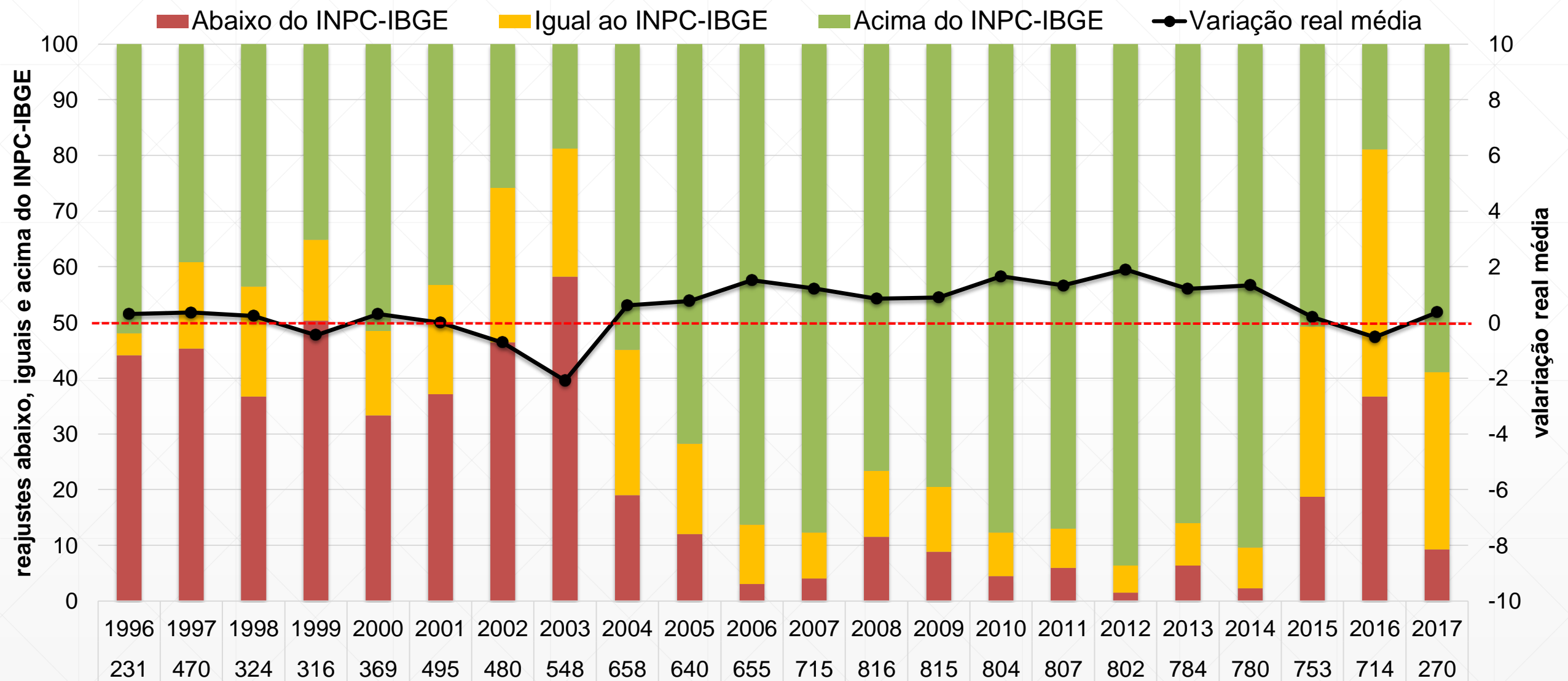
- Pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais;
- Banco de horas anual;
- Intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas;
- Adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE), de que trata a Lei no 13.189, de 19 de novembro de 2015;
- Plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança;
- Regulamento empresarial;
- Representante dos trabalhadores no local de trabalho;
- Teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente;
- Remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual;
- Modalidade de registro de jornada de trabalho;
- Troca do dia de feriado;
- Enquadramento do grau de Insalubridade;
- Prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho;
- Prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo;
- Participação nos lucros ou resultados da empresa.

Balanço dos Reajustes de 2017

dados preliminares

Reajustes salariais e variação real média dos reajustes, segundo comparação com o INPC-IBGE

De 1996 a 1º sem. 2017



Reajustes salariais, por setor econômico, segundo comparação com o INPC-IBGE

1º sem. 2017

Variação	Indústria	Comércio	Serviços	Em % Total
Acima do INPC-IBGE	48,6	57,9	68,3	58,9
Mais de 3% acima	0,0	2,6	0,8	0,7
De 2,01% a 3% acima	0,0	0,0	3,3	1,5
De 1,01% a 2% acima	2,8	21,1	13,8	10,4
De 0,01% a 1% acima	45,9	34,2	50,4	46,3
Igual ao INPC-IBGE	40,4	36,8	22,8	31,9
De 0,01% a 1% abaixo	9,2	0,0	8,1	7,4
De 1,01% a 2% abaixo	0,0	5,3	0,8	1,1
De 2,01% a 3% abaixo	1,8	0,0	0,0	0,7
Mais de 3% abaixo	0,0	0,0	0,0	0,0
Abaixo do INPC-IBGE	11,0	5,3	8,9	9,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

OBS: São 270 reajustes, sendo 109 na indústria, 38 no comércio e 123 nos serviços

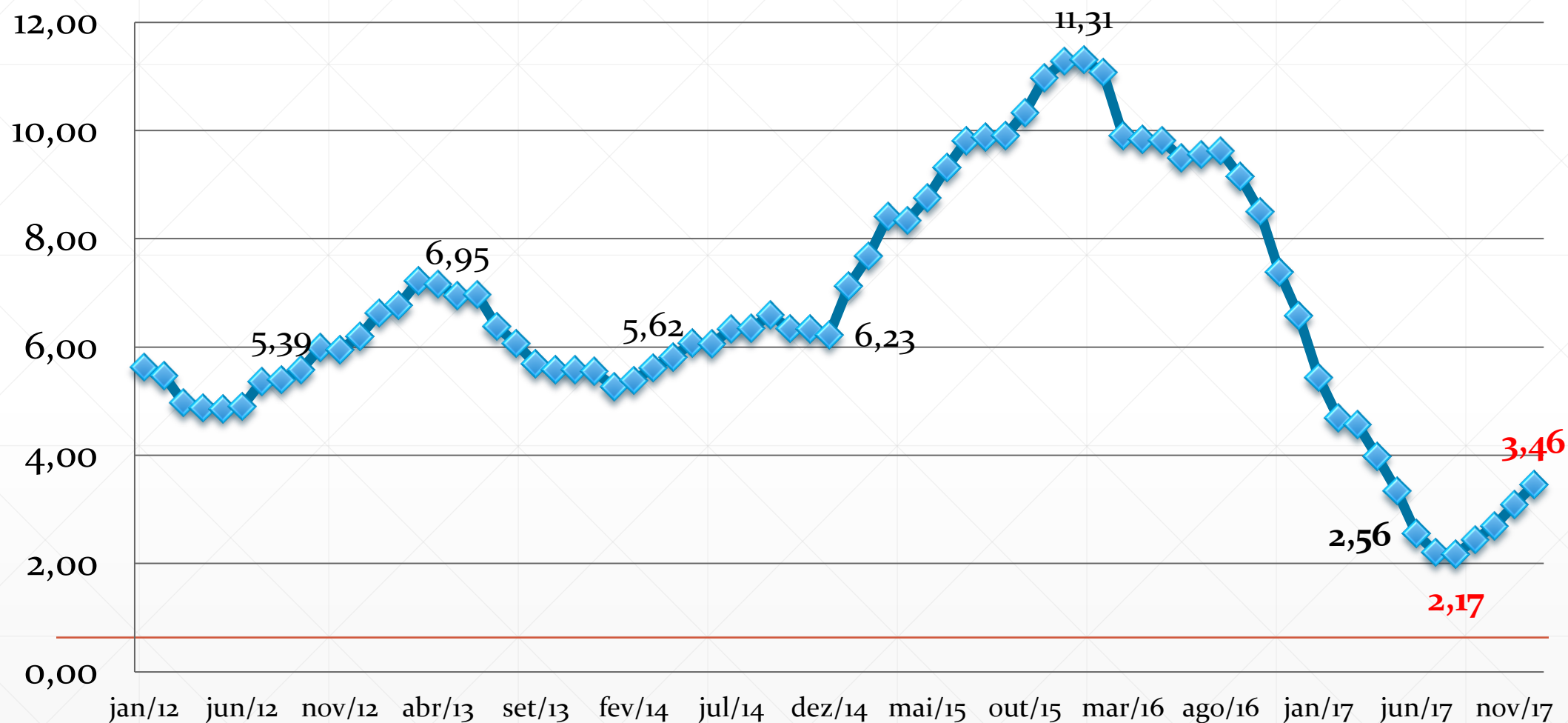
Modalidades de pagamento do reajuste salarial

De 2008 a 1º sem. 2017

Parcelamento				(em %)	
	2013	2014	2015	2016	2017
Pagamento em uma vez	94,6	93,5	85,9	70,4	96,7
Pagamento parcelado	5,4	6,5	13,7	29,6	3,3
Sem reajuste	0	0	0,4	0	0
Total (%)	100	100	100	100	100
Total (nº abs.)	784	780	753	714	270

Abono e Escalonamento				(em %)	
	2013	2014	2015	2016	2017
Abono salarial	8,7	6,7	7,2	7,6	2,2
Reajuste escalonado	21,6	21,3	24,3	32,4	30,4
Sem abono e escalonamento	72,4	73,6	71,2	62	68,1
Total (%)	100	100	100	100	100
Total (nº abs.)	784	780	753	714	270

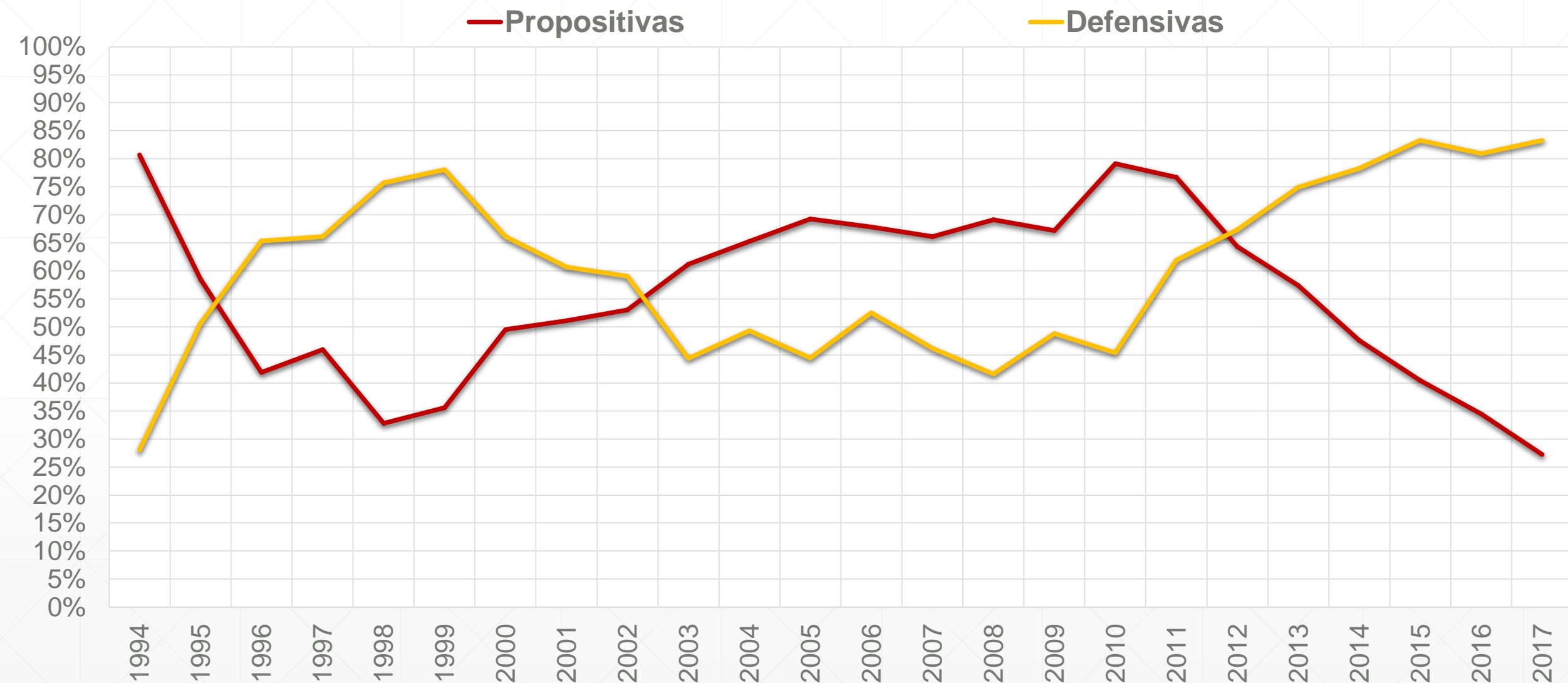
Variação do INPC acum. em 12 meses – 2012 a 2017



Greves

Greves, segundo caráter das reivindicações

Brasil, 1994 a 2017



Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves

OBS: dados preliminares 2014, 2015 e 2017

Greves, segundo caráter das reivindicações

Brasil, 2016

Caráter	Greves	
	nº	%
Propositivas	721	34,4
Defensivas	1.694	80,9
<i>Manutenção das condições vigentes</i>	839	40,1
<i>Descumprimento de direitos</i>	1.165	55,7
Protesto	271	12,9
Total	2.093	100

Obrigado!

**DIEESE-PR – Departamento Intersindical de Estatística e
Estudos Socioeconômicos no Paraná**

Contato

Rua Treze de Maio, 778 – sala 05 – São Francisco - Curitiba - PR

Fone: (41) 3225-2279 – erpr@dieese.org.br
